



ACORDO DE COOPERAÇÃO ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Entre as partes a seguir identificadas:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Instituto de Segurança Social, IP/Centro Distrital do Porto, pessoa coletiva n.º 505305500, sito na Rua António Patrício, n.º 262, 4199-001 Porto, representado pela sua Diretora Adjunta, Sra. Dra. Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, adiante designado por Centro Distrital.-----

SEGUNDO OUTORGANTE: Direção de Serviços da Região Norte da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, pessoa coletiva n.º 600086020, sita na Rua António Carneiro, n.º 98, 4349-003 Porto, representada pelo seu Delegado, Sr. Dr. José Octávio Soares Mesquita, adiante designada por DSR Norte.-----

TERCEIRO OUTORGANTE: Jardim Infantil e Salas de Estudo do Bairro Pio XII, Fundação de Solidariedade Social, pessoa coletiva n.º 501415793, com sede na Rua D. Sebastião de Resende, n.º 95, 4350-262 Porto, devidamente registado na Direção-Geral de Segurança Social, sob a inscrição n.º 19/83, representado pelo seu Presidente da Direção Sr. Padre José Pires Diz, adiante também designado por Instituição.-----

Cláusula I (Finalidade)

O presente Acordo de Cooperação visa regular as condições de cooperação relativas à participação da Instituição no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, de acordo com os princípios consagrados na Lei n.º 5/97 de 10 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho, e no Protocolo de Cooperação celebrado em 7 de maio de 1998, entre os Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade e Segurança Social, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidade Portuguesas, adiante designado Protocolo de Cooperação.-----

Cláusula II

(Objeto)

1. O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a cooperação na prestação, por parte da Instituição, no âmbito da Educação Pré-Escolar, de serviços vocacionados para o atendimento à criança, proporcionando-lhe, no respeito e em execução do seu projeto educativo, atividades educativas e de apoio à família, designadamente atividades de animação sócio-educativa.-----
2. As atividades a que se refere o número anterior serão exercidas na Rua D. Sebastião de Resende, n.º 95, 4350-262 Porto, freguesia de Campanhã, concelho do Porto, distrito do Porto, com a capacidade de 44 utentes.-----

Cláusula III

(Âmbito Geográfico)

O âmbito geográfico da resposta social identificada na cláusula anterior é o concelho do Porto.-----

Cláusula IV

(Obrigações Gerais dos Parceiros)

As entidades subscritoras do presente acordo obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente acordo se reporta, devendo colaborar entre si, e com outras instituições e organismos, tendo em vista o desenvolvimento de atividades de interesse comum e o melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais disponíveis.-----

Cláusula V

(Obrigações da Instituição)

1. A instituição obriga-se a:-----
 - a) Garantir a qualidade do serviço educativo prestado e a qualidade técnico-pedagógica do estabelecimento de educação pré-escolar, nomeadamente através da aplicação gradual das orientações curriculares e da observância dos limites do número de crianças por sala e por educador;-----
 - b) Manter uma estrutura de recursos humanos qualitativa e quantitativamente adequada ao normal desenvolvimento das atividades a que alude a cláusula anterior, nomeadamente mediante a disponibilização de um educador de infância por cada sala de educação pré-escolar;-----

- c) Ter em consideração as instruções emanadas pelos serviços competentes do Ministério da Solidariedade e Segurança Social e do Ministério da Educação e Ciência, nomeadamente em matéria de recursos humanos;-----
- d) Observar as normas reguladoras das comparticipações familiares pela utilização dos serviços de apoio à família, nos termos do disposto no Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro;-----
- e) Organizar um processo individual por cada criança atendida, com indicação dos seus elementos identificativos, bem como dos dados relativos à determinação da respetiva comparticipação familiar;-----
- f) Facultar o processo individual referido na alínea e), para consulta nas próprias instituições, aos Serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência e do Ministério da Solidariedade e Segurança Social;-----
- g) Promover o envio aos departamentos governamentais competentes das informações e de outros dados, nomeadamente de natureza estatística, que lhe forem solicitados.-----

Cláusula VI **(Apoio financeiro)**

1. O Estado compromete-se a apoiar financeiramente o funcionamento do estabelecimento abrangido pelo presente acordo, de modo a viabilizar o acesso e a frequência de todas as crianças a uma educação Pré-Escolar de qualidade, independentemente do nível sócio-económico das respetivas famílias;-----
2. O apoio financeiro destina-se a assegurar o pagamento dos custos da componente educativa e da promoção da qualidade pedagógica dos serviços a prestar, bem como, a comparticipação nos custos das atividades de apoio à família nos termos definidos na Cláusula IV do Protocolo de Cooperação.-----

Cláusula VII **(Fundo de Compensação Sócio-Económica)**

1. A Instituição poderá candidatar-se ao Fundo de Compensação Sócio-Económica, nos termos do respetivo Regulamento, sempre e nos casos em que, por insuficiência das comparticipações familiares, possa resultar a inviabilização financeira da Instituição;-----



2. Se a Instituição reunir as condições definidas no Regulamento do Fundo, ser-lhe-á concedido o apoio financeiro no mesmo previsto, que acresce ao referido na Cláusula VI.-----

Cláusula VIII

(Obrigações do Centro Distrital e DSR Norte)

1. O Centro Distrital obriga-se a prestar à Instituição o apoio financeiro referido na Cláusula VI.---
2. O Centro Distrital e a DSR Norte obrigam-se a acompanhar a execução deste acordo, designadamente avaliando, em colaboração com a Instituição, a qualidade dos serviços prestados e o sentido social das respostas desenvolvidas pela Instituição.-----
3. O Centro Distrital e a DSR Norte obrigam-se ainda a assegurar à Instituição o apoio nos aspetos técnicos ligados ao funcionamento do estabelecimento abrangido por este acordo, tendo em vista a otimização dos serviços prestados, através de:-----
 - a) Colaboração na realização de ações de formação do pessoal docente e não docente da Instituição;-----
 - b) Disponibilização de informações e de orientações úteis e atempadas.-----

Cláusula IX

(Cessação)

A cessação do presente acordo pode ocorrer por:-----

- a) Acordo entre os outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita; -----
- b) Caducidade, quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades referidas na Cláusula I;-----
- c) Denúncia por qualquer dos outorgantes, com antecedência mínima de 30 dias, sempre que se verifique justa causa, traduzida no incumprimento culposos, grave ou reiterado, do Protocolo de Cooperação, do presente acordo ou as normas dos diplomas legais aplicáveis à educação pré-escolar.-----

Cláusula X

(Anexo ao Acordo)

1. Deverão constar de anexo ao presente acordo, que dele faz parte integrante:-----
 - a) A identificação das atividades desenvolvidas;-----

- b) A capacidade estabelecida no acordo;-----
 - c) A indicação do número de salas, do número de crianças por sala e respetivas idades;--
 - d) O montante da comparticipação financeira do Estado, com identificação dos valores relativos à componente educativa e à componente de apoio à família;-----
 - e) Relação quantitativa de trabalhadores ou prestadores de serviços afetos ao estabelecimento de educação pré-escolar, discriminada por categoria profissional e função exercida;-----
2. As alterações dos elementos indicados no número anterior deverão constar de novo anexo, nomeadamente quando se reportem a outro ano letivo, salvo no que diz respeito a situações de natureza transitória.-----

Cláusula XI (Vigência)

1. O presente Acordo vigorará de 1 de outubro de 2016 a 31 de agosto de 2017, devendo proceder-se à avaliação da sua execução antes do termo da sua vigência.-----
2. Caso a avaliação prevista no número anterior conclua pela celebração de novo Acordo para o ano ou anos letivos subsequentes, mas tal não seja possível até à data no n.º 1, considera-se este prorrogado até que venha a ser efetivamente substituído, se nenhuma das partes se opuser expressamente à prorrogação.-----

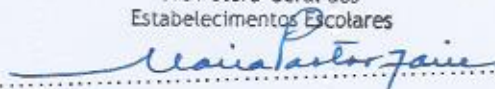
Porto, 19/10/2016

Pelo Instituto da Segurança Social, IP/Centro Distrital do Porto,



Pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção de Serviços da Região Norte,

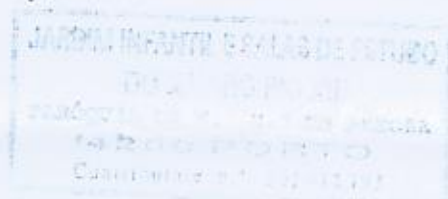
A Diretora-Geral dos
Estabelecimentos Escolares



Maria Manuela Pastor Faria

Pelo Jardim Infantil e Salas de Estudo do Bairro Pio XII,





ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO EM 19/10/2016

entre

O Instituto da Segurança Social, IP / Centro Distrital do Porto, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares / Direção de Serviços da Região Norte, e o Jardim Infantil e Salas de Estudo do Bairro Pio XII para Estabelecimento de Educação Pré-Escolar.

Cláusula I

(Resposta Social ou Serviços)

As atividades desenvolvidas pela Instituição respeitantes ao presente acordo integram a resposta social de Educação Pré-Escolar.-----

Cláusula II

(Capacidade e Número de Utentes Abrangidos)

1. A capacidade do estabelecimento é de 44 utentes.-----
2. O número de utentes abrangidos pelo presente acordo é de 23.-----

Cláusula III

(Número de salas, número de crianças abrangidas e respetivas idades)

1. O número de salas é de 1.-----
2. O número de crianças abrangidas por salas e respetivas idades é o seguinte:-----

Identificação da sala	Idades	N.º de utentes abrangidos pelo acordo
Sala 1	3,4 e 5 anos	23

Frei

Cláusula IV
(Recursos Humanos)

1. Os recursos humanos afetos ao estabelecimento de educação pré-escolar, para a capacidade máxima de 44 utentes, são os seguintes:-----

N.º DE UNIDADES	CATEGORIA PROFISSIONAL	PERCENTAGEM DE AFETAÇÃO	OBSERVAÇÕES
2	Educador de Infância	100%	a)
2	Ajudantes de Ação Educativa	100%	
1	Cozinheiro		Comum ao CATL
1	Ajudante de Cozinheiro		Comum ao CATL

a) Um dos educadores de infância acumula a Direção Pedagógica-----

2. Os recursos humanos afetos ao estabelecimento de educação pré-escolar, para os 23 utentes abrangidos, são os seguintes:-----

N.º DE UNIDADES	CATEGORIA PROFISSIONAL	PERCENTAGEM DE AFETAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Educador de Infância	100%	a)
1	Ajudante de Ação Educativa	100%	
1	Cozinheiro		Comum ao CATL
1	Ajudante de Cozinheiro		Comum ao CATL

a) Um dos educadores de infância acumula a Direção Pedagógica-----

3. O serviço de limpeza é assegurado por prestação de serviços de empresa externa, contratualizado com a Instituição. -----

4. O quadro de pessoal deve respeitar os seguintes referenciais, constantes do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho: -----

- 1 Diretor Pedagógico (Educador de Infância);-----
- 1 Educador de Infância e 1 Ajudante de Ação Educativa por cada sala;-----
- 1 Auxiliar de Serviços Gerais;-----
- 1 Cozinheiro e 1 Ajudante de Cozinheiro, se fornecerem refeições.-----

Cláusula V

(Comparticipação Financeira do Estado)

1. O montante da participação financeira do Estado para o ano de 2016/2017 é de 174,18 € por utente/mês, correspondendo 111,25 € à componente educativa e 62,93 € à componente de apoio à família.-----
2. A participação financeira a que se refere o número anterior, a satisfazer no ano económico em curso, encontra-se inscrita na rubrica de classificação económica D.04.07.03.01.04, com os números de cabimento 1411603286 e 1411603287.-----

Cláusula VI

(Comparticipação Familiar)

A participação dos utentes ou famílias pela utilização do equipamento é a seguinte: -----

S.M.N. (2016) – 530,00 €

Ano Letivo 2016/2017			
Escalões de Rendimento “percapita” indexado ao SMN	Escalões de Capitação	Percentagem a aplicar aos rendimentos “per capita”	Comparticipação a Pagar
1.º Até 30% SMN	Até 159,00 €	15 %	Até 23,85 €
2.º De 30% a 50% SMN	De 159,00 € a 265,00 €	22,5%	De 35,78 € a 59,63 €
3.º De 50% a 70% SMN	De 265,00 € a 371,00 €	27,5 %	De 72,88 € a 102,03 €
4.º De 70% a 100% SMN	De 371,00 € a 530,00 €	30,00 %	De 111,30 € a 159,00 €
5.º De 100% a 150% SMN	De 530,00 € a 795,00 €	32,50 %	De 172,25 € a 258,38 €
6.º Mais de 150% SMN	Mais de 796,00 €	35,00 %	De 278,25 € a 298,13 €

Porto, 19/10/2016

Pelo Instituto da Segurança Social, IP/Centro Distrital do Porto,



Pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção de Serviços da Região Norte,

A Diretora-Geral dos
Estabelecimentos Escolares



Maria Manuela Pastor Faria

Pelo Jardim Infantil e Salas de Estudo do Bairro Pio XII



